



Atuação das Representações CNC|SESC|SENAC

Nº 138, abril de 2019

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Presidente

José Roberto Tadros

Chefe do Gabinete da Presidência

Lenoura Schmidt

Chefe da Assessoria de Gestão das Representações (AGR)

Wany Liette Pasquarelli

Equipe

Bruna Soares

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

José da Silva

Juliane Alves

Oscar Nóbrega

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Design gráfico

Assessoria de Comunicação

Revisão

Daniel Dutra

Publicação Mensal

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



Veja nesta edição

A 258ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Previdência (CNP) debateu a Nova Previdência e questões relativas à implantação de um regime de capitalização.

Página 6

CNC assume a titularidade na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.

Página 7

Comissão discute a implementação de Tarifa Binômica para o Grupo B, proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Página 9

CNC toma posse em Grupo de Trabalho na Controladoria Geral da União (CGU).

Página 11

Ministro do Meio Ambiente destaca as contribuições das entidades para o aperfeiçoamento do Conselho.

Página 14

1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração aprova agenda provisória e calendário anual de reuniões ordinárias do Conselho.

Página 17

Comissão discute alterações na Norma Regulamentadora que determina os parâmetros de segurança para manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis (NR-20), propostas pela Bancada dos Empregadores.

Página 19

Governo irá priorizar este ano as revisões e atualizações da NR 01 – Disposições Gerais das Normas Regulamentadoras e da NR 02 – Inspeção Prévia.

Página 20

ECONOMIA

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Conselho Nacional de Previdência (CNP)

Representante



Titular

Roberto Nogueira Ferreira

Consultor da Presidência da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 28 de março de 2019

A 258ª reunião ordinária do Conselho Nacional da Previdência, foi presidida pelo Dr. Bruno Bianco Leal, Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, o mesmo que palestrou no Encontro da RENALEGIS, no dia 26 passado.

A aprovação da ata da reunião anterior foi postergada para a próxima reunião, dada a existência de vários equívocos na minuta enviada aos Conselheiros.

A Diretora de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Dra. Márcia Eliza de Souza, abordou a Instrução Normativa nº 100, de 28 de dezembro de 2018, que altera dispositivos das IN INSS 28 de 18 de maio de 2018. Refere-se a matéria, em síntese, ao "empréstimo consignado".

Secretário de Previdência da Secretaria-Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Dr. Leonardo José Rolim Guimarães, fez exposição sobre a "Nova Previdência", composta pela MP 871, de 2018, que visa combater fraudes, melhorar a qualidade do gasto do INSS e aumentar sua eficiência administrativa e pelo PL da "dívida ativa", ainda não enviado ao Congresso Nacional", além do PL que trata da reestruturação da carreira dos militares e de sua previdência.

A exposição do Dr. Leonardo Rolim despertou o interesse de todos e suscitou amplo debate que se estendeu até às 13h30. A fala dos representantes do setor laboral, incluindo dos aposentados, evidenciou vários aspectos ainda não aceitos/compreendidos, e isso certamente terá reflexos nos debates no Congresso Nacional.

Dr. Leonardo Rolim esclareceu muitas dúvidas, em especial as relativas à intenção de implantação de um regime de capitalização (só para os novos entrantes no mercado de trabalho e opcional), e também em relação à desobrigação da multa de 40% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador/dispensado já for aposentado pelo RGPS e também da desobrigação de recolhimento do FGTS para os empregados já aposentados pela Previdência Social.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Órgão

Ministério da Cidadania

Representação

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)

Representante



Titular

Caroline Soares de Souza

Analista Cultural

Serviço Social do Comércio Departamento Nacional

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no período de 18 a 22 de março de 2019.

A Comissão é formada pelas bancadas de Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Patrimônio, Humanidades e a bancada do Empresariado Nacional - que analisa projetos de Artes Integradas e Planos Anuais, cada uma delas formada por três representantes da sociedade civil que exercem os papéis de titular, 1º e 2º suplentes.

Também integram a CNIC as seguintes instituições vinculadas ao Ministério da Cidadania, na Secretaria Especial da Cultural: Fundação Nacional de Artes - Funarte, Fundação Biblioteca Nacional - FBN, Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa e Secretaria do Audiovisual.

A principal atribuição da Comissão é analisar projetos que aspiram à chancela da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet, que chegam à CNIC após análise realizada pelas instituições vinculadas à Secretaria Especial da Cultura. Também é sua atribuição, através de debates e proposições, contribuir para o aprimoramento da legislação que baliza o fomento à produção cultural no país e contribuir para a elaboração de políticas públicas para o setor.

Além das análises, fez parte do cronograma da reunião uma solenidade de posse dos membros da comissão e abertura dos trabalhos, realizada por meio de assinatura de documento e fala do Ministro da Cidadania, Osmar Terra. Na ocasião o secretário Especial da Cultura, Henrique Pires; e o secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, José Paulo Soares Martins, também fizeram importantes falas de abertura.

Dentre as primeiras atividades do novo colegiado foi a ação para capacitação dos novos membros abordando a Lei 8.313/1991.

Análises:

As deliberações são pautadas nas finalidades e objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, na Instrução Normativa 5/2017, do MinC, e em outros documentos relacionados ao tema. Cabe à bancada do empresariado analisar projetos com planos anuais e outros que se caracterizam pela abordagem de mais de uma linguagem artística - Artes Integradas - ou que tratem da conjunção de ações artísticas e educativas, formatos que

não se enquadram nas bancadas que lidam com conteúdo específico, como no caso das Artes Visuais, Audiovisual, Artes Cênicas, Música, Humanidades e Patrimônio.

Sob a responsabilidade de nossa representação foram analisados 102 projetos de um total de 227, tendo sido 226 aprovados e um indeferido. Cinco projetos, sendo um de Humanidades, um de Artes Integradas e três de Artes Cênicas, foram encaminhados à Plenária Final para análise conjunta dos Comissários.

Cabe citar, que durante a reunião houve contatos com todos os membros da comissão, desde os organizadores ligados à Secretaria Especial da Cultura e até lideranças, como o Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, Sr. José Paulo Soares Martins, que demonstrou interesse numa aproximação com o empresariado nacional, para uma realizarem uma ação afirmativa sobre a Lei Rouanet e o mecanismo de renúncia fiscal, para demonstrar o protagonismo da cultura no desenvolvimento social e econômico do país. O sr. Secretário almeja articular uma reunião em São Paulo, possivelmente em abril ou maio, com data a ser definida, e está em busca de parcerias para sua realização. Na ocasião mencionei o envolvimento e liderança da Fecomércio e do Departamento Regional de SP junto ao grupo que será o foco da ação, o empresariado, e ofereci apoio técnico para organização do evento e alguma das Unidades do Sesc, a Administração Regional ou a Fecomércio como espaços para sediar a reunião, acolher e colaborar com as ações de esclarecimento sobre a lei de incentivo à cultura e o mecenato junto ao empresariado. Entretanto, até o presente, não houve nova menção sobre o exposto.

INFRAESTRUTURA

Órgão

Ministério de Minas e Energia (MME)

Representação

Comissão de Apoio ao Processo Regulatório sob a perspectiva do Consumidor

Representante



Titular

Marianne Lorena Hanson

Economista

Divisão Econômica (DE) da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião realizada no dia 22 de março de 2019.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em sua Audiência Pública nº 59/2018, discutiu a implementação de uma Tarifa Binômica para o Grupo B, ou seja, em unidades consumidoras de baixa tensão. O objetivo é buscar o aprimoramento da estrutura tarifária no mercado de distribuição de energia elétrica brasileiro. A tarifa binômica consiste em separar os custos fixos, que compõem toda a infraestrutura de disponibilidade de rede ofertada pelas distribuidoras, dos custos variáveis, que corresponde na energia de fato consumida.

O Decreto nº 62.724/68 estabeleceu normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica. Inicialmente, seu art. 13 definia que as tarifas para o grupo B (baixa tensão) deveriam ser calculadas na forma binômica, com uma componente de demanda de potência e outra de consumo de energia, e fixadas, após conversão, para a forma monômica equivalente. Posteriormente, o Decreto nº 8.828 (2016), revogou este artigo, possibilitando a adoção de tarifas multipartes, como já ocorre para os consumidores do grupo A (alta e média tensão).

Os estudos realizados e a experiência internacional mostram que a cobrança da tarifa multipartes reflete melhor a responsabilidade dos usuários sobre os custos de investimento na rede elétrica com a adequada eficiência alocativa e evita incentivos inadequados aos usuários e ao prestador do serviço de distribuição.

As alternativas apresentadas na Análise de Impacto Regulatório para a tarifa binômica, como opção de cálculo para a parcela fixa são:

1. manter o consumo volumétrico com custo de disponibilidade, ou seja, manter a tarifa monômica.
2. atualizar o custo de disponibilidade, que corresponde àquele cobrado quando o consumo é nulo.
3. Tarifa fixa em reais sem distinção dos consumidores
4. Tarifa fixa com distinção:
 - a. Número de fases utilizadas;
 - b. Faixas de consumo com base no consumo médio anual
5. Medidor diferenciado e tarifa cobrada de acordo com a demanda.

6. Qualidade, considerando os medidores eletromecânicos.

A alteração de uma tarifa monômnia para binômnia pressupõe a aferição de uma componente de demanda de potência (capacidade) e outra de consumo de energia. A forma mais imediata de aferir essas variáveis é por meio da medição específica das grandezas elétricas. Como os medidores atuais dos consumidores de baixa tensão não possuem capacidade de registro de demanda, a troca de todos os medidores resulta em custos elevados e, portanto, entende-se que o aperfeiçoamento do modelo tarifário não justifica por si só a troca dos medidores. No entanto, é presente a substituição dos medidores de forma gradativa no Brasil, iniciado com as discussões que envolvem o smart grid, a tarifa branca e a geração distribuída.

Existem outras formas de mensurar o impacto dos consumidores para o sistema, sem necessariamente haver troca do modelo de medidores, baseado em uma distinção dos consumidores de acordo com o seu porte. A Análise de Impacto Regulatório da ANEEL conclui que o consumo médio de energia é a variável que melhor se correlaciona com a demanda máxima dos consumidores e pode ser utilizada para diferenciar os consumidores de acordo com quanto demandam dos sistemas de distribuição.

A alteração da forma de faturamento das unidades consumidoras tem impactos significativos na fatura das unidades consumidoras, em diversos processos das distribuidoras. A proposta em discussão afeta todas as distribuidoras de energia elétrica, concessionárias e permissionárias, bem como 89% das unidades consumidoras do Brasil: 73 milhões de unidades consumidoras residências, rurais, comerciais e industriais de pequeno porte.

INFRAESTRUTURA

Órgão

Controladoria Geral da União (CGU)

Representação

Grupo de Trabalho Temático da Sociedade Civil voltado para o Assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto

Representantes



Titular

Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante
1º Vice-Presidente da CNC

(Compareceu)



Suplente

Cristiane de Souza Soares
Especialista Executiva
Assessoria de Gestão das Representações da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 3 de abril de 2019

O Diretor de Transparência e Controle Social da CGU, Otávio Neves, que fez um breve histórico sobre a evolução das ações de governo aberto no país e no mundo e sua importância para a consolidação da democracia e para o combate à corrupção. O Diretor destacou, também, o surgimento da Parceria para Governo Aberto (OGP) e seu fortalecimento ao longo dos últimos anos, ressaltando que, tendo sido fundada por 8 países, a iniciativa internacional conta, atualmente, com a participação de 79 nações.

Em seguida, comentou como o Brasil trabalha com as ações de governo aberto no âmbito da OGP e apresentou resultados advindos das ações colaborativas entre governo e sociedade. Por fim, o diretor enfatizou a importância das atribuições do Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para Assessoramento em Governo Aberto no desenvolvimento das ações da OGP, no alcance de resultados positivos nos Planos de Ação Nacionais e na interlocução com outros parceiros, de governo e da sociedade, com vistas ao fortalecimento da temática nas mais diversas várias esferas.

O Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da CGU, Marcelo Vidal, fez uma apresentação sobre o 4º Plano de Ação Nacional, atualmente em vigência, sobre a metodologia que orientou sua elaboração e sobre o trabalho de monitoramento, que será realizado pelo GT da Sociedade Civil em parceria com a CGU. Destacou as atribuições de cada participante no processo, salientando que a CGU tem o papel de acompanhar a execução dos marcos, interagir com os atores responsáveis do governo e da sociedade civil e realizar reuniões periódicas. Sendo que o papel do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil é acompanhar as reuniões e etapas do monitoramento, acessar e analisar relatórios e documentos e participar das reuniões trimestrais de acompanhamento. Informou ainda que o Plano dispõe de Coordenadores de

Compromissos que são os responsáveis por conduzir a implementação dos marcos, articular com os atores envolvidos (governo e sociedade) e prestar informações sobre a execução do compromisso.

Marcelo Vidal explicou que o processo de monitoramento prevê a realização de algumas reuniões que devem, na medida do possível, ser acompanhadas por representantes do GT da Sociedade Civil. Seriam elas:

- 1) Reunião Geral de Coordenadores de Compromisso;
- 2) reuniões de monitoramento específicas de cada compromisso, ambas com periodicidade semestral; e,
- 3) reuniões de execução dos compromissos, que são realizadas a critério dos coordenadores dos compromissos.

Há, ainda, acompanhamento bimestral da CGU junto aos coordenadores de cada compromisso para coleta de informações sobre a implementação das ações. Tal acompanhamento materializa-se no encaminhamento de Relatórios de Status de Execução (RSE) e sua posterior publicação, pela CGU, no portal da Parceria para Governo Aberto/Brasil (www.governoaberto.cgu.gov.br).

O Coordenador-Geral finalizou sua apresentação explicando que o Brasil, como país-membro da OGP, tem a obrigação de publicar Relatórios Anuais de Avaliação (intermediário e final) sobre seus Planos de Ação para acompanhamento internacional. Segundo ele, esses balanços são elaborados a partir da compilação das informações fornecidas pelos coordenadores de compromisso e da avaliação da CGU e do GT da Sociedade Civil acerca da execução do Plano. Posteriormente, Giovana Bertolini, Líder da Equipe de Governo Aberto da CGU, fez uma apresentação sobre o Portal do Governo Aberto (www.governoaberto.cgu.gov.br), espaço específico para divulgação de informações e notícias sobre o tema. Ela esclareceu que o ambiente era fruto de um compromisso do 2º Plano de Ação do Brasil junto à OGP e destacou algumas abas do site, mostrando os documentos disponibilizados e destacando o registro das atividades de monitoramento. Por fim, convidou os representantes das entidades do GT a utilizarem o site para divulgação de notícias relacionadas a Governo Aberto que estivessem desenvolvendo.

Em seguida, foram apresentados os compromissos do 4º Plano de Ação Nacional com o objetivo de identificar, entre os representantes do GT, quem seria o monitor de cada compromisso. Foi explicado que o intuito era de que esses indicados realizassem o acompanhamento da execução de forma mais próxima.

Marcelo Vidal esclareceu que, apesar da identificação de monitores, os participantes do GT seriam comunicados, de forma geral, sobre os procedimentos de monitoramento dos compromissos e que poderiam participar de quaisquer atividades quando achassem pertinente. Definiram-se, então, os seguintes monitores do GT para o acompanhamento dos compromissos 4º Plano de Ação Nacional.

Compromisso 1 – Desenvolver ações colaborativas para disseminar conhecimento e mapear boas práticas de governo aberto com vistas a promover o engajamento subnacional – Tamara Bakuzis (CGU), RETPS, CNC e OSB;

Compromisso 2 – Estabelecer de forma colaborativa modelo de referência de política de dados abertos que promova integração, capacitação e sensibilização entre a sociedade e as três esferas de governo, a partir do mapeamento das demandas sociais – Giovana Bertolini (CGU), RETPS e CNC;

Compromisso 3 – Estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da Ciência Aberta no Brasil - Giovana Bertolini (CGU) e LAB;

Compromisso 4 – Implementar ações de formação voltadas aos gestores públicos e à sociedade civil com o objetivo de ampliar o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e fortalecer o controle social da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - Tamara Bazukis (CGU), OCF e ANMP (a ser consultada);

Compromisso 5 – Definir mecanismo de coleta de dados para melhoria de serviços regulados pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) e estímulo da participação da sociedade nas pesquisas de satisfação – Priscilla Ruas (CGU) e TB;

Compromisso 6 – Implementar instrumentos e ações de transparência e acesso a informação e construção de capacidades para ampliar e qualificar a participação e o controle social no processo de reparação – Priscilla Ruas (CGU), OSB e RETPS

Compromisso 7 – Incrementar a participação de diversos segmentos sociais no processo legislativo (elaboração de normas) a partir de esforços integrados que ampliem a transparência, adequem a linguagem e a comunicação e promovam a inovação – Priscilla Ruas (CGU), OSB e LAB;

Compromisso 8 – Implementar as bases cadastrais rurais (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR) e urbanas de forma integrada, disponibilizando os dados à sociedade, com vistas à operacionalização do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER) – Giovana Bertolini e OCF;

Compromisso 9 – Construir de forma participativa um mecanismo transparente para avaliação de ações e políticas associadas a mudança do clima – Tamara Bazukis (CGU) e OCF;

Compromisso 10 – Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH) com vistas ao fortalecimento dos Comitês em áreas críticas para gestão integrada dos Recursos Hídricos – Tamara Bazukis (CGU) e OCF;

Compromisso 11 Desenvolver Sistema Eletrônico Nacional para solicitação de informações (e-SIC) com o objetivo de implementar a LAI em estados e municípios – Priscilla Ruas (CGU), TB, RETPS e OSB.

Para finalizar a reunião, foi aberto espaço para colocação de outras questões e esclarecimento de dúvidas. Finalizada esta etapa, os representantes da CGU enfatizaram que permaneceriam à disposição dos representantes do GT e agradeceram a presença de todos.

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Representação

Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

Representantes



1º Titular

Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues
1º Diretor Financeiro da CNC

(Compareceu)



2º Titular

Paulo César Nauiack
Vice - Presidente
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná (Fecomércio -Pr)

(Compareceu)



1º Suplente

Cristiane de Souza Soares
Especialista Executiva
Assessoria de Gestão das Representações da CNC



1º Suplente

Evandro Américo Costa
Economista
Divisão Econômica da CNC



2º Suplente

José Almeida de Queiroz
Consultor da Presidência
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco



2º Suplente

Miguel Ângelo de Souza Martins
Tesoureiro da

Ações

Reunião Extraordinária realizada no dia 20 de março de 2019

A reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Ministro do Estado do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, que

informou que no Conselho existem representações de vários segmentos governamentais, privado, terceiro setor, inclusive, muitos representantes com experiências pretéritas, que com certeza somará com suas contribuições nas discussões realizadas no Conselho.

Na tribuna livre tiveram a manifestação de 11 conselheiros, destacando as falas do Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo, Marcos Rodrigues Penido, que manifestou o anseio para que a nova do CONAMA possa desenvolver um trabalho efetivo, prático e eficaz, e citou a importância de se integrar as pautas de saneamento básico e meio ambiente com a meta de se atingir um desenvolvimento sustentável. O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, Fabricio Héric Machado destacou a importância da participação dos dirigentes estaduais na Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e da necessidade de fortalecimento da gestão ambiental municipal, principalmente no aspecto da descentralização do licenciamento ambiental para esse ente federativo; manifestação endossada pelo representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Fábio Camargo Ferreira que destacou que o caminho para a agilidade do licenciamento ambiental está no fortalecimento das estruturas dos municípios.

Houve diversas manifestações protestando quanto ao novo formato das reuniões do Conama, que passaram a ser exclusivas aos Conselheiros titulares.

Encerrando-se a tribuna livre o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles fez uma apresentação sobre as ações tomadas pelo governo federal com relação ao acidente do rompimento da barragem de Brumadinho (MG). Informou que foram lavrados 5 autos de infração que totalizam 250 milhões de reais e 1 multa diária pelo não atendimento de algumas exigências. O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Germano Luiz Gomes Vieira, complementou as informações esclarecendo que as ações administrativas (emissão de autos de fiscalização e de infração) e judiciais foram tomadas com o objetivo de reservar recursos para reparações às vítimas. Disse ainda, que a classe de risco deste tipo de empreendimento é determinada pela Agência Nacional de Mineração e que este fator foi considerado no âmbito do processo de licenciamento, juntamente com os fatores locais, porte e potencial poluidor. Informou, também, que a equipe técnica responsável pelas análises técnicas desta tipologia de licenciamento ambiental tem o maior rigor e dedicação na realização deste trabalho, mesmo diante de eventuais limitações estruturais no órgão.

Em seguida, o presidente do CONAMA agradeceu às entidades que encaminharam contribuições para o aperfeiçoamento do Conselho: PROAM, Furpa, Mangue Vivo, Planeta Verde, o Ministério Público Federal, Confederação Nacional do Transporte, Ministério de Minas e Energia, Controladoria-Geral da União e a Confederação Nacional do Comércio (CNC), mencionando alguns pontos levantados nestas contribuições, como: necessidade de mudanças no Regimento Interno do CONAMA; alteração no formato e características de composição do colegiado; maior controle de frequência dos conselheiros nas reuniões plenárias; eficiência, agilidade e qualidade das decisões tomadas pelo colegiado; importância do aperfeiçoamento do CONAMA; reconhecimento das limitações operacionais em cada Estado; importância de se considerar as características regionais nas decisões tomadas.

O Ministro comentou sobre os reflexos nacionais e a importância das decisões do CONAMA no tocante ao balizamento dos licenciamentos, das fiscalizações, como também no balizamento das atividades de competência dos Estados e Municípios. Fez uma analogia do CONAMA do passado, que tinha o seu funcionamento refletindo o que era a sociedade da época, e a necessidade de aperfeiçoamento deste colegiado em função do que a sociedade contemporânea precisa e anseia.

RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Representação

Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

Representantes



Titular

Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante
1º vice-presidente da CNC



Suplente

Roberto Velloso
Assessor Legislativo
Assessoria Junto ao Poder Legislativo (Apel) da CNC

(Compareceu)



José da Silva
Especialista executivo
Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 22 de março de 2019

Realizada no Ministério da Economia, a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em 2019 foi aberta pelo coordenador geral de Imigração Laboral, Luiz Alberto Santos da Silva, que em seguida passou a palavra a presidente do CNIg, Maria Hilda Marsiaj Pinto. Gaúcha, Maria Hilda trabalhou na Procuradoria Regional da República da 4ª Região, localizada em Porto Alegre; atuou na força-tarefa da Lava Jato no Superior Tribunal de Justiça (STJ); e foi indicada para a Presidência do Conselho pelo atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

Assim, o encontro foi presidido por Maria Hilda e conduzido pelo Sr. Santos da Silva, que iniciou a reunião informando que o Conselho Nacional de Imigração iria homenagear a chefe da Assessoria junto ao Poder Executivo (Apex) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Marjolaine Canto, ex-representante da CNC junto ao CNIg.

A chefe da Apex agradeceu aos integrantes do Conselho e aos presentes, pediu o apoio de todos para Roberto Velloso, novo suplente da CNC no CNIg e enalteceu o nome da Confederação, ressaltando todo o tempo que fez parte do seu quadro efetivo.

Itens da Pauta da 1ª Reunião Ordinária do CNIg em 2019:

1. Abertura – realizada pelo coordenador geral de Imigração Laboral, Luiz Alberto Santos da Silva, e pela presidente do Conselho Nacional de Imigração, Maria Hilda Marsiaj Pinto.

2. Apresentação da presidente do CNIg.
3. Aprovação da Agenda Provisória.
4. Aprovação das atas da IX e da X Reunião Ordinária do CNIg em 2018 (aprovadas).
5. Assuntos diversos:
 - . Aprovação do Calendário Anual de Reuniões Ordinárias (aprovado);
 - . Apresentação do Relatório Anual com os dados estatísticos de 2018 da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) e do CNIg.
6. Processos a serem relatados.
 - 6.1. Processos a serem deferidos *ad referendum*:
 - 6.1.1. Resolução Conjunta CNIg/Conare nº 1, de 2018 – dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).
 - . 6.2. Processos a serem indeferidos *ad referendum*:
 - 6.2.1. Resolução Conjunta CNIg/Conare nº 1, de 2018;
 - 6.2.2. Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017 (DOU 22/12/2017) – disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais.

No encerramento, a Maria Hilda voltou a agradecer aos conselheiros pela presença e contribuição, finalizando a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Imigração (CNIg) de forma antecipada, pois existia uma nova agenda a ser cumprida por ela. A presidente do Conselho passou a palavra ao coordenador geral de Imigração Laboral, Luiz Alberto, que também agradeceu a todos e, sem seguida, deu fim de fato à reunião.

SAÚDE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-20 (CNTT NR-20)

Representantes



Titular

Bernadeth Macedo Vieira

Engenheira de Segurança do Trabalho

Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD)

(Compareceu)



Assessor técnico

Antônio Gonçalves Roxo

Engenheiro químico

Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes no Estado do Rio de Janeiro (Fecombustíveis-RJ)

Ações

Reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2019

A Coordenadora da Bancada dos Empregadores, Bernadeth Macedo Vieira, pontuou as ações definidas na última reunião e estabelecidas para o próximo encontro da Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-20 (CNTT NR-20).

Em seguida, foram discutidos os encaminhamentos para 2019 e as estratégias que serão adotadas pela Bancada dos Empregadores – a Norma Regulamentadora 20 estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis.

Dando continuidade ao evento, expuseram os motivos para embasar a Nota Técnica que será encaminhada à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), sobre as alterações da NR-20 que foram solicitadas pela Bancada dos Empregadores. O grupo analisou o material, fez considerações e concluiu que o material apresentado precisa ser alterado. Após a discussão sobre o seu conteúdo e, também, sobre o resultado almejado com a solicitação de alteração do texto vigente, foi elaborado novo material técnico para apresentação na próxima reunião da CNTT NR-20.

Ficou definido que Bernadeth Macedo Vieira, coordenadora da Bancada dos Empregadores, irá conversar com a coordenadora da Bancada do Governo, Carla Paes, visando ao encaminhamento do novo material para apreciação das justificativas elaboradas, bem como o encaminhamento dos textos já aprovados na Comissão para apreciação na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP).

SAÚDE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)

Representantes



Titular

José Almeida de Queiroz

Consultor da Presidência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE)



Suplente

Bernadeth Macedo Vieira

Engenheira de Segurança do Trabalho

Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD)

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no período de 19 a 20 de março de 2019

O primeiro dia de reunião iniciou com a apresentação por Bruno Dalcomo – STRAB/ME e Kleber Pereira de Araujo Silva – CGSST/ SIT/STRAB/ME do cenário atual e das diretrizes de trabalho estabelecidas para 2019 em função da nova estrutura adotada para o Ministério pelo Governo Federal. Em seguida, os integrantes da Bancada do Governo apresentaram considerações sobre a linha de trabalho que será adotada atender as diretrizes estabelecidas e as Bancadas Sindical e dos Empregadores fizeram exposição de suas opiniões sobre a postura adotada pelo Governo e apresentaram suas expectativas para os trabalhos da CTPP.

Em seguida, foram discutidas as necessidades de correções na Ata da 95ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada com pequenas alterações e assinada.

Na sequência, os itens da pauta foram apresentados pelo coordenador da reunião Kleber Pereira, comentados pelas Bancadas e estabelecidas diretrizes para os trabalhos no dia seguinte.

O segundo e último dia da 96ª Reunião Ordinária contou com os seguintes encaminhamentos:

Revisão NR-01 e NR-02

Conforme apresentado por Bruno Dalcomo – STRAB/ME, será prioridade do Governo para 2019 as revisões e atualizações das NR01 e NR 02 com encaminhamento do texto final para análise já na reunião agendada para junho. Sendo estabelecido o seguinte programa de trabalho:

Encaminhamento da proposta de governo para as bancadas: 26/04/2019.

Recebimento de sugestões a serem encaminhadas pelas bancadas: até 10/05/2019.

Encaminhamento da proposta final de regulamentação para CTPP: 20/05.

Análise na Reunião Ordinária da CTPP: 04 e 05/06.

Foi definido que será necessária uma reprogramação do trabalho das Comissões e Grupos em andamento devido às diretrizes estabelecidas pelo Governo de que as Normas sejam revistas buscando simplificação e modernização destas e definição de que as NRs 01 e 02 sejam atualizadas até junho/19.

Sendo assim, foi agendada Reunião de Coordenadores das bancadas da CTPP no dia 29/3 para definição de prioridades.

NR-12

Encaminhamento das propostas de ajustes para a coordenação da CNTT NR12, nos termos acordados na reunião da CTPP e na reunião de coordenadores de bancada da CNTT NR12, até dia 5/4/2019. Haverá Reunião da CNTT NR12 de 23 a 25/04/2019 em Brasília elaborar texto, uma vez que o Governo irá fazer uma republicação da NR 12 para reestruturação dos itens e está aberto para fazer alterações pontuais.

Haverá Reunião extraordinária da CTPP dia 7/05/2019 para apreciação e aprovação do texto elaborado pela CNTT.

NR-24

Reunião de coordenadores de bancada CTPP e GTT: data provável dia 30/04.

Reunião do GTT da NR24: a ser reprogramada para a semana de 13 a 17/05, provavelmente dias 14 e 15/05 em SP.

Encaminhamento da proposta final de regulamentação para CTPP: 20/05.

Apreciação na Reunião ordinária da CTPP de 04 e 05/06.

Kleber Pereira de Araujo Silva – CGSST/ SIT/STRAB/ME, encerrou os trabalhos.